

Globalização, Agroindústria e Agricultura Familiar : a recente saga do oeste catarinense em torno da suinocultura

Hoyêdo Nunes Lins^(*)

Tomé Coletti^(**)

Resumo

O artigo aborda a produção de suínos no oeste de Santa Catarina, uma prática tradicional na região e base importante dos vínculos locais entre agricultura familiar e agroindústria. Baseado em 30 entrevistas com interlocutores regionais e em pesquisa bibliográfica, o texto focaliza as alterações representadas pela globalização para os sistemas agroalimentares em geral, as mudanças na suinocultura regional e as alternativas abertas para a agricultura familiar do oeste catarinense. Nas considerações finais, evoca-se a problemática do desenvolvimento local.

Palavras chaves: oeste catarinense; suinocultura; agroindústria; agricultura familiar

Abstract

This article focuses on pork production in the west of Santa Catarina, a traditional activity upon which important local interactions between family agriculture and meat processing companies are grounded. Based on 30 interviews with regional actors and on bibliographical research, the study looks at the changes globalization has meant to agri-food systems in general, the changes in local pork production and their results, and the alternatives faced by family agriculture. In the final comments, some aspects concerning the problem of local development are considered.

Key-words: west of Santa Catarina; pork production; meat processing industry; family farming

JEL Classification: O13, L66, O18

1 Introdução

Este artigo ocupa-se das relações entre o capital agroindustrial ligado à suinocultura e a agricultura familiar no oeste de Santa Catarina, sendo “oeste” uma indicação ampla para a parte do território estadual vinculada ao que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chama de Mesorregião Oeste Catarinense (Figura 1), com cinco microrregiões (São Miguel do Oeste, Chapecó, Concórdia, Joaçaba e Xanxerê) e 117 municípios. A agroindústria, principalmente de carne suína, é setor chave da dinâmica econômica regional em termos históricos. A rigor, constitui pilar da economia catarinense como um todo: conforme Guilhoto *et al* (2007), nada menos que 54,5% do Produto Interno Bruto estadual tiveram ligação com o chamado agronegócio em 2004, e o oeste catarinense representa a metade do valor bruto da produção agropecuária do estado (MIOR, 2005). De outra parte, o Cadastro Geral de

^(*) Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

^(**) Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

em relação às cidades onde estavam as plantas industriais. Assim, enquanto a agroindústria dinamizava a economia pela geração de empregos e a demanda por serviços e matérias primas, na agricultura familiar isso ocorria devido ao significado dessa atividade na descentralização da dinâmica econômica para as áreas mais remotas do território regional.

Tabela 1 – Rebanho suíno brasileiro: participação catarinense e do oeste do estado

Ano	Números de cabeças (milhões)			% do rebanho nacional	
	Brasil	Santa Catarina	Oeste catarinense	Santa Catarina	Oeste catarinense
1990	33,62	3,33	2,22	9,9	6,6
1991	34,29	3,27	2,18	9,5	6,4
1992	34,53	3,42	2,31	9,9	6,7
1993	34,18	3,73	2,58	10,9	7,5
1994	35,14	4,09	2,77	11,6	7,9
1995	36,06	4,40	3,06	12,2	8,5
1996	29,20	4,53	3,41	15,5	11,7
1997	29,64	4,56	3,40	15,4	11,5
1998	30,01	4,70	3,52	15,7	11,7
1999	30,84	4,81	3,62	15,6	11,7
2000	31,56	5,09	3,79	16,1	12,0
2001	32,60	5,52	4,18	16,9	12,8
2002	31,92	5,35	4,11	16,8	12,9
2003	32,30	5,43	4,15	16,8	12,9
2004	33,08	5,77	4,46	17,5	13,5
2005	34,06	6,31	4,87	18,5	14,3
2006	35,17	7,16	5,49	20,3	15,6
2007	35,94	7,16	5,50	19,9	15,3

Fonte: IBGE, com elaboração pelos autores

Ora, a histórica e estrutural relação entre agroindústria e agricultura familiar em torno da suinocultura viu-se profundamente afetada nas últimas décadas, em meio às mudanças econômicas via de regra assimiladas à globalização, do que resultou, entre outras coisas, o abandono da suinocultura por milhares de agricultores lançados em busca de alternativas (TESTA *et al*, 1996; MIOR, 2005; CAMPOS, 1987; FERRARI, 2003). Esse é o contexto deste estudo, cujo objeto é a trajetória recente da referida relação. Focalizando as últimas décadas, o artigo aborda o percurso desse vínculo e as rupturas na agricultura familiar provocadas pelo sistema de integração da suinocultura à agroindústria: os vetores principais do processo de mudança nessa relação é o que a pesquisa busca discernir, pretendendo ajudar no entendimento da realidade socioeconômica regional.

O estudo exercita, portanto, um olhar analítico sobre a história socioeconômica recente da região. Sua base é um conjunto de dados e informações obtidos mediante pesquisa bibliográfica e documental e, principalmente, em 30 entrevistas efetuadas em 20 municípios da Mesorregião Oeste Catarinense junto a agricultores (13 no total, 11 dos quais familiares, nos termos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e 2 de perfil empresarial), representantes de organizações produtivas como agroindústrias, cooperativas e associações (6), membros de entidades de representação como sindicatos e associações (6) e representantes de órgãos públicos como prefeituras, câmaras de vereadores e associações de municípios (5).

2 Globalização e possibilidades dos territórios rurais: contornos do debate

Objetiva-se nesta seção contextualizar analiticamente o assunto deste estudo. Esse intuito requer falar na globalização, em especial no que toca aos movimentos exibidos nas últimas décadas pelos sistemas agroalimentares, de um modo geral, e aos reflexos na base agrícola, origem das matérias primas desses sistemas.

2.1 Sistemas agroalimentares na globalização

A copiosa literatura sobre a globalização tende a convergir no entendimento de que as últimas décadas representam, além de grandes oportunidades, enormes e inquietantes desafios para setores de atividades, países, regiões e grupos de atores sociais. Na base dessa percepção figura, entre outros fatores, o reconhecimento de uma brutal intensificação da concorrência favorecida pela maior interpenetração das dinâmicas econômicas em escala planetária e pela desregulamentação protagonizada em vários países, com o decorrente engrossamento dos fluxos internacionais de mercadorias e finanças.

O cortejo dos vinculados aspectos inclui novos *rounds* de reorganização espacial de distintos processos produtivos, aprofundamento do caráter oligopolista das estruturas de oferta privada em nível mundial, fortes pressões sobre os trabalhadores (não só devido ao progresso tecnológico) e maiores dificuldades para o exercício regulador do Estado. Observados em diferentes países, esses processos não deixaram de marcar o cenário brasileiro, o que ganhou especial visibilidade desde os anos 1990 por conta das mudanças macroeconômicas e de marco regulatório no país, expressas particularmente na abertura comercial e nas privatizações.

Para o que interessa neste artigo deve-se assinalar que, como as cadeias produtivas organizam-se cada vez mais em escala mundial, os processos vinculados à globalização têm aumentado a concentração de poder entre alguns poucos grandes conglomerados econômicos. E

o setor agroalimentar, foco de atenção no estudo, não ficou à margem dessa dinâmica: em sintonia com as orientações gerais de funcionamento da economia mundial, seus pilares são, cada vez mais, as grandes empresas, quer na esfera nacional, quer, sobretudo, na internacional.

Duas grandes tendências se entrelaçam, de fato, na atuação das cadeias agroalimentares: de um lado, concentração e internacionalização da oferta; de outro, o predomínio da grande distribuição, amparada em novas técnicas de gestão e na incorporação dos avanços em logística e informática (WILKINSON, 2002). Esse amplo movimento ocorre ombro a ombro com uma multiplicação de fusões e aquisições geradoras de mudanças nas estruturas produtivas, ao mesmo tempo em que a parcela do mercado ocupada pelas grandes empresas e conglomerados econômicos revela-se crescente. Isso tem resultado em diminuição do nível de emprego nas atividades enfeixadas em tais cadeias, alteração na composição do capital (com a entrada frequente dessas empresas no mercado financeiro e com grandes investimentos de agentes financeiros no setor agroalimentar), trocas de orientação produtiva (com a incessante busca da maior fatia possível de mercado) e incorporação aos produtos de traços capazes de tornar mais elástica a sua demanda (RODRÍGUEZ ZUÑIGA, SORIA, 1991).

As transformações nos sistemas agroalimentares aparecem associadas a diferentes fatores, entre eles os por assim dizer institucionais, do que são exemplos os reflexos da adesão dos países à Organização Mundial do Comércio (OMC). É particularmente ilustrativo o ajuste promovido pelos países em desenvolvimento em seus sistemas de propriedade intelectual envolvendo a legislação de patentes sobre o setor de sementes e a biotecnologia. No primeiro, o resultado foi uma rápida desnacionalização, como salienta Wilkinson (2006): no Brasil, por exemplo, a última empresa de produção de sementes de milho, a Agroeste (cuja sede ficava em Xanxerê, município do oeste catarinense), foi vendida no início de 2008 para a multinacional estadunidense Cargill. Quanto à segunda, os avanços poderão representar menores custos, maior produção e oferta de produtos com os traços buscados pelos consumidores, mas estes não deixam de mostrar insegurança frente às possíveis consequências para a saúde e o meio ambiente, e os agricultores revelam apreensão com o controle que o setor de sementes certamente exercerá sobre a produção agrícola (WILKINSON, 1999).

Entretanto, é o assinalado predomínio da grande distribuição, com os aspectos de quantidade e preço perdendo espaço para os de qualidade e desejos dos consumidores no desenho das iniciativas empresariais, que parece constituir o mais poderoso vetor de mudanças nos sistemas agroalimentares. Entre os motivos está o fato de que tais sistemas veem-se compelidos a adotar estratégias largamente influenciadas pela demanda. Alude-se aqui ao fato de que as mudanças nos hábitos alimentares, ligadas às atuais necessidades do cotidiano –

representando segmentação do mercado comandada por fatores ligados a idade dos consumidores, tamanho da família e intensidade do consumo fora de casa, e refletindo a incorporação de aspectos associados, por exemplo, à saúde e ao meio ambiente (WILKINSON, 2002) –, têm adquirido cada vez mais peso na definição dessas estratégias, afetando o poder de mercado dos diferentes segmentos da cadeia agroindustrial.

As próprias tecnologias de informação contribuem para que a distribuição represente um importante fator de mudança, pois impõem alterações na estrutura da cadeia a partir da dinâmica da demanda (WILKINSON, 1999; BELIK, SANTOS, s/d; GREEN, SANTOS, 1992; BELIK, 1995). Assim, as redes avançam como substitutas dos esquemas tradicionais, e não só no que concerne à distribuição, mas também – e com importantes consequências – no tocante aos fornecedores. O setor agroalimentar passou a operar, com efeito, com menos fornecedores especializados, o que em muitos casos rima com a exclusão de pequenos produtores individuais. Note-se que esses produtores parecem poder encontrar viabilidade à sua atuação somente no marco do associativismo (WILKINSON, 2006).

Portanto, é legítimo considerar que, na globalização, as tendências dos sistemas agroalimentares – que implicam e circunscrevem processos produtivos em que as diferentes etapas se interrelacionam fortemente (RODRÍGUEZ ZUÑIGA, SORIA, 1991) – não diferem, fundamentalmente, daquelas observadas em outros setores. Todavia, no seu estudo é necessário atentar para uma característica própria que a indústria jamais conseguiu superar: o fato de que a industrialização de alimentos preserva o caráter inicial do produto em processamento, ou seja, a matéria prima da indústria de alimentos é, ela própria, um alimento (WILKINSON, 1999).

Nisso estaria a residir uma problemática central dos reflexos que as mudanças em curso nos sistemas agroalimentares projetam na base agrícola voltada à produção de alimentos. É sobretudo esse aspecto que legitima fazer indagações, e perscrutar formas de entendimento, sobre o quanto a globalização e seu elenco de impactos acarretam de consequências para essa agricultura. E tendo em vista que o estudo focaliza o oeste catarinense, a agricultura objeto de interrogação há de ser a de base familiar.

2.2 Agricultura familiar e desenvolvimento rural

O debate sobre a questão rural no Brasil assistiu à emergência, desde o início dos anos 1990, da categoria “agricultura familiar”, à qual o tema do desenvolvimento nesse meio ganhou forte vinculação. Por exemplo, estudo encomendado pela Central Única dos Trabalhadores e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, realizado entre 1996 e 1998, concluiu que as configurações territoriais mais favoráveis ao desenvolvimento econômico, social, cultural e

institucional em meio rural eram as que combinavam uma agricultura familiar forte e um entorno socioeconômico diversificado (FAVARETO, 2007). Não que essa categoria fosse recente, mas constituiu inegável novidade o que se passou a observar em termos de abrangência na sua utilização e de significado.

Nesse processo, merecem realce as contribuições à renovação analítica dos estudos agrários brasileiros representadas por estudos como os de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993), que frisaram ser aquela agricultura uma forma social reconhecida em muitas economias desenvolvidas (FERRARI, 2003). Pouco antes, artigo de Kageyama e Bergamasco (1990) já repercutira por transmitir ideia sobre o universo de estabelecimentos familiares no país, e, posteriormente, o relatório FAO/INCRA (1994) trouxe tipologia das formas sociais de produção no meio rural brasileiro que realçava a importância da agricultura familiar, um estudo que veio a integrar as bases do PRONAF (FAVARETO, 2007).

Segundo Veiga (1991), a importância da agricultura familiar foi reconhecida há muito tempo em diferentes países. Os governos, embora hesitassem entre a difusão do modelo agrícola inglês (baseado na grande propriedade com trabalho assalariado) e o apoio à agricultura familiar, desde meados do século XX procuraram oferecer à segunda os meios necessários ao desenvolvimento. Todavia, essa opção não caracterizou o Brasil (VEIGA, 2003), que seguiu priorizando a agricultura empresarial voltada à exportação. Assim, apesar das necessidades ligadas à consolidação do perfil urbano e industrial da sociedade brasileira, a produção de base familiar, voltada para alimentos destinados ao mercado interno, desenvolveu-se às margens da agricultura de grande escala e exportadora (MEDEIROS, 1997).

A reprodução da agricultura familiar assenta-se em combinações de três tipos de fatores:

- diferentes produções (vegetais e animais) articuladas entre si, adequadas a tipos de solo, topografia e microclima e a uma determinada forma de cultivo e manejo, representando um sistema de produção;
- certa quantidade de mão de obra, envolvendo os membros da família e com capacidade e disponibilidade individuais para cumprir as tarefas que mantêm o sistema de produção; a força de trabalho não abrange só os que no mercado de trabalho aparecem como ativos, mas também aposentados, estudantes, mulheres e pessoas com outras atividades e que fazem na propriedade uma segunda jornada de trabalho;
- um determinado patrimônio, em parte herdado e em parte formado pelo grupo familiar, composto de terra, construções, plantações e maquinários e de bens imateriais como conhecimentos específicos, tradições e habilidades; trata-se de mais

que um simples capital, apresentando-se como estrutura que se reproduz e por vezes impõe barreiras às mudanças e ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, mas também gera oportunidades e estímulo à transformação e ao desenvolvimento de novas iniciativas econômicas.

Básico para a compreensão da lógica econômica da agricultura familiar e do seu processo de reprodução é considerar as estratégias por ela utilizadas para valorizar adequadamente as combinações desses fatores. O aspecto chave é a capacidade de adaptação a diferentes realidades, uma característica central da organização produtiva nessas propriedades: trata-se da aptidão para incorporar novos elementos capazes de fortalecer as suas condições produtivas. Esse é o principal fator subjacente à reprodução social das unidades familiares em contextos que exigem mudanças, pois é com a experiência de muitas pequenas tentativas, implicando acertos e erros, que ocorrem a aprendizagem e os avanços em novas combinações de produtos, trabalho e patrimônio, assim como na organização produtiva, possibilitando melhoria nas condições de reprodução do modo de vida dessas famílias. Isso vale para a articulação de culturas e animais do sistema produtivo e para a evolução técnica das produções comerciais, com reflexos seja na formação e utilização do patrimônio, na alocação da mão de obra ou no relacionamento com o mercado. Assinale-se igualmente que essa estratégia representa a forma pela qual a agricultura familiar tenta preservar o conhecimento tácito de gerações, além de agregar novos conhecimentos ao seu patrimônio.

Nessa ótica, vale postular que as explicações para os resultados subjacentes à sobrevivência e à reprodução das unidades familiares do oeste catarinense parecem estar na combinação eficiente de culturas e criações, com os meios de produção disponíveis (terra, instalações), e na intensidade da utilização da mão de obra em regime de gestão flexível. Essa articulação constituiria um “sistema de produção nas propriedades da agricultura familiar”, dizendo-se “sistema” para realçar a interdependência entre os diferentes elementos e eventualmente sugerir leituras alternativas sobre custos de produção e relações entre as unidades produtivas e o mercado.

* * *

Eminentemente produtora de alimentos, a agricultura familiar enredada pelos sistemas agroalimentares comandados por grandes capitais sintonizados com os movimentos da globalização reverbera, de forma quase inexorável, as iniciativas impostas ou estimuladas pelos imperativos de uma concorrência crescentemente intensificada. Adaptação e busca de alternativas, mobilizando os atributos que lhe são característicos, parece regra do jogo para essas famílias, para evitar o agravamento das condições capazes de impor a evasão rumo ao que as

migrações reservam e representam. Esse é o contexto analítico, quer dizer, o campo de debate, das transformações registradas nas últimas décadas pela estrutura agroindustrial do oeste catarinense envolvendo a produção de suínos.

3 Mudanças na estrutura agroindustrial do oeste catarinense: o papel da suinocultura

O complexo agroindustrial de carnes do oeste catarinense foi erigido com empresas familiares que, principalmente via aquisições de outras empresas, expandiram-se e formaram grandes grupos agroindustriais. Pela literatura (por exemplo, Goularti Filho, 2001), e segundo as páginas das principais empresas na internet¹, esse processo marcou a década de 1980, período em que algumas orientaram o seu crescimento para fora da região e desenvolveram outras atividades como a industrialização de grãos, a produção de ração e o abate de bovinos. Cabe salientar a busca do mercado internacional, principalmente por Sadia e Perdigão, e as iniciativas da segunda para diferenciar a oferta.

Nos anos 1990, o quadro na agroindústria regional foi de reestruturação. As empresas líderes, Sadia e Perdigão, efetuaram reorganizações societárias concluídas em 1998 e 1997, respectivamente, ao mesmo tempo em que procuraram se instalar junto aos grandes mercados consumidores do país e se inserir internacionalmente. Outro movimento, prolongando e fortalecendo dinâmica já observada, foi a diversificação dos produtos para atender consumidores cada vez mais exigentes, uma estratégia que fez as agroindústrias ampliarem suas áreas de atuação para outros segmentos da produção de alimentos.

Na década de 2000, as dimensões desses grandes grupos tornaram-se maiores, encerrando período em que sua atuação praticamente foi sinônima de processamento de carnes de suínos e aves, embora o essencial das atividades se mantivesse ligado a tal produção. Destaque-se, assim, a entrada do grupo Perdigão na produção de lácteos a partir de várias aquisições (merecendo realce o caso da Batávia), uma iniciativa também exibida pela Aurora.

Nessas décadas, portanto, a agroindústria regional trilhou o caminho da concentração, tendo alguns poucos grupos adquirido forte presença no mercado de alimentos do país e no exterior. Trata-se de movimento que, sob o signo da globalização, se revela em diferentes setores e em sistemas agrolimentares no mundo todo, como assinalado. Com algumas empresas já comandadas por capitais externos, como nos exemplos de Bunge e Cargill, e com o surgimento da Brasil Foods pela recente fusão de Sadia e Perdigão, o cenário evidencia, de fato, uma concentração elevada: somente quatro grandes empresas dominam, efetivamente, esse setor, a

¹ Aurora: www.auroraalimentos.com.br; Bunge: www.bungealimentos.com.br; Perdigão: www.perdigao.com.br; Sadia: www.sadia.com.br; Seara: www.seara.com.br

saber, Bunge, Cargill (que passou a controlar a Seara Alimentos em 2005; em 2009 essa empresa foi comprada pelo grupo Marfrig), Brasil Foods e Aurora. Contudo, ao lado e à margem dessa organização produtiva tendente à concentração, também ocorre a constituição de frigoríficos de porte médio voltados à industrialização de suínos e aves. Portanto, como indica Mior (2005), observa-se dinâmica de formação de um *cluster* de carnes – e, mais amplamente, de alimentos – com a presença de empresas de pequeno e médio porte.

Esse processo, mencionado apenas nos seus traços mais gerais, se entrelaça com mudanças produtivas nas empresas agroindustriais que repercutiram na agricultura familiar. Isso não deve surpreender, pois o desempenho exportador do setor suinícola brasileiro nos anos 1990 e 2000 estribou-se “na trajetória de incremento tecnológico, no aumento de escala, na especialização e coordenação entre os elos da cadeia produtiva” (MIELE, WAQUIL, 2007, p. 75). Tudo isso reverberou na trajetória do principal sistema produtivo historicamente observado na agricultura familiar do oeste catarinense, o sistema de policultura subordinada à suinocultura².

3.1 Transformações no sistema de policultura subordinada à suinocultura

O sistema de produção denominado policultura subordinada à suinocultura foi impulsionado no oeste catarinense por desempenho comercial que espelhou, em sua trajetória, um comportamento da demanda por alimentos favorável ao escoamento do excedente de suínos das propriedades. De fato, esse sistema ampliou progressivamente a sua presença tendo em vista condições de mercado que, entre outras coisas, não eram estranhas ao fato de que o país avançava célere na sua urbanização.

O suíno tornou-se, desse modo, o principal produto comercializado pelas unidades familiares, adquirindo o status de base da reprodução destas. Assim, um sistema em que toda a produção familiar passou a estar organizada em torno da criação desse animal ganhou vigor e preponderância no curso desse processo. Tal “modelo” se generalizou na maioria das propriedades, e mesmo as que não tinham a suinocultura como fonte de renda passaram a depender do mercado dessa atividade para a sua reprodução social e econômica. Daí que, como assinalado por Campos (1987), as crises cíclicas da suinocultura frequentemente representaram crises da economia regional, pois a primeira era o eixo central da segunda.

Até a década de 1980, a produção de suínos era organizada na forma hoje conhecida como “ciclo completo”, em que o processo é integralmente controlado pelo agricultor, proprietário dos meios de produção, quer dizer, a terra, as instalações, os equipamentos e os insumos. A relação

² “Sistema de policultura subordinada à suinocultura” é expressão cunhada por Testa et al. (1996).

que o produtor mantinha com as empresas agroindustriais era de natureza comercial, abrangendo a aquisição de medicamentos e alguns insumos e a venda dos suínos prontos para o abate. Nesse contexto, a produção de milho e de outros insumos na própria propriedade sempre foi a principal estratégia para diminuir custos e aumentar a margem de “lucro” do produtor.

Foi esse o sistema que as agroindústrias passaram a integrar a partir do final da década de 1960, em movimento intensificado na década de 1980. Inicialmente, tal processo era realizado por meio de contrato em cujos termos as empresas se responsabilizavam pelo fornecimento de alguns insumos, medicamentos e assistência técnica e garantiam a compra da produção, e os agricultores se comprometiam a seguir as orientações técnicas e a fazer o pagamento dos insumos e medicamentos quando da venda da produção, assegurando a entrega à agroindústria.

Ocorre que desde os anos 1980 as agroindústrias passaram a concentrar a produção, o que prontamente resultou em exigente seleção dos suinocultores. Paralelamente, as agroindústrias adotaram a conduta de exigir o aumento da produção dessas propriedades: a imposição inicial era que o agricultor tivesse no mínimo três matrizes ao se integrar, mas esse patamar mínimo foi sendo gradativamente aumentado. Nas primeiras décadas de funcionamento desse sistema, o conhecimento, a capacidade produtiva e a organização da produção “pertenciam” aos agricultores, figurando sob o controle e o comando direto destes. O aumento da produção traduziu primeiro uma expansão da quantidade produzida, e só posteriormente resultou do incremento na produtividade gerado pela incorporação de novas técnicas, raças e estruturas, algo que se revelou uma importante estratégia. O serviço de extensão rural desempenhou papel essencial nesse período, e as transformações implicando a assinalada incorporação de técnicas, raças e estruturas foram realizadas sobre uma base longamente desenvolvida. Isso pode ser ilustrado com a seguinte entrevista efetuada junto a um suinocultor:

Me lembro sempre, o falecido pai, ele engordava porco, tinha uma mangueira (...). Ele engordava esses porcos e vendia, e levava para casa o dinheiro porque nem banco, acho, tinha na época [década de 1950]. Nessa época o porco era vendido com um ano, um ano e pouco, pouco mais de ano (...) ali em Xaxim [década de 1970]. Já era produção em chiqueiro, mas não era ainda integração, lá não tinha integração (...) O falecido Angelim [comerciante representante da Sadia], veio ele e um outro, lá da Sadia, passaram ali para fazer os papéis [1984, ano da integração]. Nós tínhamos umas 10 porcas (...). Entramos no sistema atual em 2000 [parceria na criação de leitões]. Antes de entrar para a criação de leitão, eu tinha 80 porcas no regime de ciclo completo.

Esse trecho é rico porque permite observar que as incorporações técnicas ocorreram de forma gradual ao longo do tempo. As alterações mudaram as necessidades em instalações e equipamentos, relações com o mercado e com as agroindústrias e também em volume da quantidade produzida para fins comerciais. Percebem-se quatro momentos nessas transformações. O primeiro é o da comercialização do excedente de uma produção rústica e de tipo tradicional. No segundo, as alterações já são significativas, com a criação de animais soltos trocada pelo uso de instalações fechadas, denominadas “chiqueiros”, fruto da introdução de raças importadas (Duroc e depois Landrace e Large White), não aptas para o sistema tradicional, reflexo da estratégia de substituir a banha como principal produto pelo aumento da produção de carne. O terceiro momento é o da integração, vetor de aumento da produção na propriedade; a entrevista acima transcrita registra um início de integração com 10 matrizes e, dezesseis anos depois, com 80. O quarto momento sugerido indica mudança para o sistema de parceria na criação de leitões.

Pode-se esboçar uma síntese dos principais aspectos na trajetória dos sistemas de produção de suínos no oeste catarinense, na sua integração pela agroindústria ao longo das últimas décadas, assinalando que, conforme sistematizado no quadro 1:

- a integração dos suinocultores com produção em ciclo completo ocorreu principalmente na década de 1980;
- nos anos 1990, um traço saliente foi a transição entre sistemas, em decorrência do processo de reestruturação econômica vivida na região, um movimento que deve ser colocado em perspectiva com as mudanças macroeconômicas registradas no Brasil – abertura comercial, aumento da concorrência – e com as alterações experimentadas pelos sistemas agroalimentares em geral no bojo da globalização;
- a década de 2000 é marcada pela consolidação do sistema de parceria nas relações entre as empresas agroindustriais e os suinocultores.

De fato, o sistema de produção em ciclo completo começou a ser reduzido mais drasticamente a partir da década de 1990, dando lugar ao sistema de parceria, o qual, a rigor, teve a sua implantação iniciada nos anos 1980. Primeiramente, as agroindústrias desenvolveram a produção própria de leitões, entregando os animais a agricultores integrados que se responsabilizavam pela terminação (engorda). Em seguida, principalmente no início da década de 1990, as agroindústrias passaram a integrar produtores que se restringiam a produzir leitões e a comercializá-los com as empresas, que os repassavam para os chamados terminadores, encarregados da engorda. Mais recentemente, no início dos anos 2000, uma nova modalidade

passou a ser registrada nos vínculos entre criadores e terminadores: a creche, relativa ao período de crescimento dos leitões já desmamados que antes ficavam nas instalações dos produtores.

Quadro 1: Evolução dos sistemas de produção de suínos no oeste de Santa Catarina

Sistema de produção de suínos	Grau de incidência de cada sistema por período		
	Anos 1980	Anos 1990	Anos 2000
Ciclo completo integrado	Intensifica-se e torna-se o principal sistema	Começa a ser substituído pelo sistema de parceria	Poucos produtores permanecem neste sistema
Ciclo completo independente	Predominante até esta década	Concentra-se em grandes produtores, na produção associativa de pequenas agroindústrias e na produção de subsistência	Implica poucos grandes produtores, produção associada de pequenas agroindústrias e produção de subsistência
Produtor de leitões (parceria)	Começa nesta década, com o sistema de compra e venda	Desenvolve-se; inicia-se parceria em que o agricultor recebe matrizes e reprodutores em comodato e oferece mão de obra, instalações e equipamentos; os demais insumos são fornecidos pelas agroindústrias	O sistema de compra e venda sofre abandono, ganhando predominância o sistema de parceria
Creche (parceria)		Iniciam-se as primeiras experiências	Em rápida expansão
Terminador (parceria)	Inicia-se, com o sistema de compra e venda	Sistema é mudado, para contrato de parceria: agricultor entra com mão de obra, instalações e equipamentos, sendo remunerado conforme a produtividade.	Torna-se o sistema predominante
Parceria independente		Passa a ser adotado por alguns grandes produtores	Torna-se o principal sistema dos grandes suinocultores independentes

Fonte: Elaborado pelos autores

Atualmente, o sistema de compra e venda sofre franco abandono em benefício do sistema de parceria, tornado predominante. Neste, o produtor recebe os animais da agroindústria em comodato e também todos os insumos e medicamentos, assim como a assistência técnica. Ficam ao seu encargo o manejo, as instalações e os equipamentos, e a remuneração recebida da empresa guarda relação com a produtividade. Todavia, segundo depoimentos colhidos nas entrevistas, os

critérios de cálculo da produtividade não são conhecidos pelos agricultores, cuja noção sobre o assunto mostrou-se vaga. Observaram-se percepções conflitantes entre os agricultores sobre esses critérios, mas todos concordam que as agroindústrias “fazem o que bem querem”.

3.2 Estratégias das empresas agroindustriais e reflexos na agricultura familiar

No percurso dos sistemas de produção das unidades familiares na região a suinocultura sucessivamente incorporou pelo menos duas grandes formas de representação e significado:

- aparece historicamente como produto principal, formando o sistema conhecido como policultura subordinada à suinocultura, no qual, como frisado, o suíno era o principal produto comercializado pelas propriedades: a partir da sua produção se organizavam a vida e as demais atividades realizadas nessa escala;
- aparece, no atual sistema de parceria, como prática que perdeu a participação antes ostentada no sistema de produção das propriedades, passando a exercer com as demais atividades uma função com dois traços principais: ocupa a mão de obra, que remunera de forma precária, e disponibiliza o esterco, utilizado como adubo nas demais culturas, o que reduz o custo de produção e proporciona renda.

As transformações das últimas décadas tornaram a produção de suínos muito semelhante ao que ocorre na integração envolvendo a avicultura, implantada na região durante a década de 1970. No modelo de parceria, o sistema de produção não mais apresenta na propriedade familiar o encadeamento que caracterizava o sistema de ciclo completo, e tampouco continua organizado em torno da suinocultura, que passou a ser apenas mais uma atividade econômica, embora muitas vezes represente a principal. Assim, a suinocultura já não mais depende de outras atividades da propriedade, pois a alimentação e os demais insumos provêm da agroindústria. Agora a integração da suinocultura ao sistema da propriedade se dá eminentemente pela utilização da mão de obra e pelo fornecimento de adubo aos cultivos existentes, sendo importante notar que em propriedades onde se aderiu a esse sistema o emprego do estrume como adubo tem sido o atrativo principal da parceria. As palavras de um agricultor (integrado da Sadia) sobre o motivo da entrada no sistema de parceria são sugestivas: *o meu pensamento maior foi o de reformar a terra, renovar a terra, porque não tinha mais, não produzia mais...*

“Renovar” e “reformular a terra” têm o sentido de recuperar o solo com matéria orgânica, restabelecendo-lhe a capacidade produtiva. O mesmo agricultor exemplifica, mencionando o resultado positivo alcançado na produção de milho como base para a produção de leite: *no segundo ano de esterco ali, o mesmo pedacinho que a gente cortava e não tinha pasto para as*

vacas, deu oito carretões de silagem. No depoimento, oito carretões de silagem representam produção significativa para uma pequena área de terra recuperada pelo esterco de suínos.

As estratégias adotadas pelas agroindústrias na produção de suínos transformaram, portanto, o sistema de produção familiar, que deixou de ter na suinocultura uma fonte de agregação de valor a outros produtos, utilizados como insumos. A suinocultura incorporou cada vez mais o papel de fornecedora de adubo às demais produções. Com base na pesquisa de campo, pode-se indicar os seguintes aspectos dessas estratégias das agroindústrias:

- na produção de leitões, foram escolhidos nas regiões distantes das plantas industriais os agricultores tidos pelas empresas como “melhores” e mais estruturados, iniciando-se parceria conhecida como de compra e venda, em que o agricultor produz conforme as determinações empresariais e depois vende os animais para as agroindústrias; posteriormente, introduz-se o contrato de comodato, com o agricultor disponibilizando as instalações e a mão de obra e o pagamento pelas empresas mostrando-se regulado pela produtividade;
- as creches, termo que remete à fase de crescimento dos leitões, representa uma etapa ainda em implantação pelas agroindústrias e modificam o sistema até então vigente, pois os produtores de leitões se encarregam da fase de crescimento; desde o seu início, essa etapa implica contratos pelos quais a agroindústria fornece os leitões e insumos e o ônus relativo ao investimento fixo, à mão de obra e aos custos de manutenção recai sobre o agricultor;
- na terminação, os agricultores são majoritariamente ex-suinocultores em ciclo completo que interromperam essa atividade temporariamente (dois a três anos em média) e passaram a “terminar” suínos no sistema de parceria, com modificação total das estruturas físicas e do sistema de produção; essa estratégia teve implantação heterogênea na região: nas áreas próximas aos frigoríficos quase não houve interrupção das atividades em ciclo completo, e quando isso ocorreu, foi mais brevemente do que nas regiões distantes; cabe conjecturar que, com essa interrupção, as agroindústrias visavam comprometer as habilidades incrustadas nessas propriedades, afetando a sua capacidade adaptativa devido à implantação de um novo sistema sob o controle total das primeiras.

As alterações nas estratégias empresariais a partir dos anos 1980, com intensificação da integração e aumento e concentração da produção, excluindo grande massa de agricultores da suinocultura, geraram uma profunda crise no sistema prevalecente nas unidades familiares. A maioria das propriedades tinha no sistema de policultura subordinada à suinocultura o seu

regime central de produção, e grande parte das outras dependia das primeiras no cultivo de milho ou no fornecimento de mão de obra temporária. Aquela exclusão representou crise desse sistema com impactos encadeados em toda a economia regional a partir das propriedades agrícolas. Os próprios agricultores remanescentes acusaram o impacto, pois seus sistemas foram tão modificados que hoje não é mais possível falar em policultura subordinada à suinocultura nas propriedades agrícolas do oeste catarinense.

Tudo isso representou importantes alterações nos vínculos entre agroindústria e agricultura familiar na região, de uma forma ampla. O aprofundamento, iniciado nos anos 1980, da integração dos suinocultores pelas agroindústrias de carnes e a concentração da produção nesses integrados outorgaram aos envolvidos algumas vantagens sintetizadas na garantia de um mínimo de renda mesmo durante as crises da suinocultura. Contudo, os demais abandonaram a atividade nesses períodos, um processo que a literatura sobre a região assimila a uma dinâmica de exclusão de grandes massas de produtores.

A intensificada integração refletiu estratégia das agroindústrias para organizar a produção da sua matéria prima básica, visando garantir a quantidade, a regularidade no fluxo de abastecimento e a qualidade do produto ofertado. O balizamento era o conjunto de necessidades que as empresas passaram a registrar, “definidas” pelos seus setores de marketing em sintonia com os movimentos do mercado consumidor, um aspecto típico do funcionamento dos sistemas agroalimentares no marco da globalização, como assinalado anteriormente.

Garantir a quantidade e a regularidade na produção foi um dos primeiros objetivos. A dependência em relação a um “mercado aberto” para aceder à matéria prima, como ocorria anteriormente, dificultava operar com regularidade, representando, em decorrência, perda de eficiência industrial. A oferta do produto se concentrava em determinados períodos do ano, em combinação com a safra do milho, e o agricultor praticamente ditava a cadência da produção, determinada pelo sistema da sua propriedade, o que geralmente refletia a influência do ritmo da natureza na disponibilidade de insumos para alimentação dos suínos. Com a integração, essa cadência passa a ser controlada, e depois imposta, pela agroindústria, o planejamento industrial podendo ser então efetuado com maior precisão e eficiência. No lado do agricultor, o ritmo se altera pela necessidade de organizar a propriedade segundo os passos da agroindústria, e não mais conforme o ciclo natural do seu sistema produtivo.

Melhorar a qualidade da matéria prima era o segundo objetivo da agroindústria com o processo de integração. Vincula-se a isso o investimento em melhoria genética e o esforço de padronização do manejo e da alimentação, providências recorrentemente observadas. Investidas desse tipo têm no sistema de integração um campo especialmente fértil, e seguir as respectivas

normas é condição básica para evitar interromper a produção. Um terceiro objetivo, derivado dos anteriores, era a formação de um outro ramo de operações na órbita empresarial: a indústria de ração. A intenção foi sustentar as já assinaladas iniciativas para garantir quantidade, regularidade e qualidade, mostrando-se para tanto necessário, além de assistência técnica, o uso de insumos complementares que suprissem as necessidades não atendidas pelas propriedades rurais. Com isso as agroindústrias, a partir das exigências criadas pelo próprio sistema industrial, instalaram e organizaram um novo setor que é hoje responsável por grande parte dos lucros dessas empresas.

4 Reflexos na agricultura familiar: busca de novos caminhos

Perante as estratégias das empresas agroindustriais, distintas unidades familiares tiveram que garantir viabilidade na integração submetendo-se aos objetivos das primeiras. Muitas também tiveram que introduzir novos produtos em seus sistemas para gerar renda e preencher o espaço criado pelas modificações na suinocultura. Tais procedimentos, que não deixaram de reduzir a força de trabalho utilizada, enfeixaram-se na reestruturação dos sistemas produtivos da agricultura familiar e nas mudanças fundiárias e produtivas observadas no oeste catarinense, de um modo geral.

Introduzir novos sistemas produtivos é providência sintonizada com o que se falou sobre reprodução da agricultura familiar em contextos exigentes de mudanças. Sua base é um traço central da organização produtiva nessas propriedades: a capacidade de adaptação, que se traduz em incorporação de novos elementos aptos a fortalecer suas condições produtivas. A produção avícola, de forte presença na região (Tabela 2), não representa uma adaptação nesses termos. Com efeito, surgida localmente nos anos 1970 em ligação com o sistema de policultura subordinada à suinocultura, essa atividade mostrou-se integrada à agroindústria desde a sua origem: as empresas sempre forneceram os pintos, a ração, os medicamentos e a assistência técnica aos produtores, cabendo a estes participar com instalações, equipamentos e manejo, recebendo das primeiras conforme a produtividade demonstrada. Daí ter sido sempre muito baixo o nível de integração da avicultura às demais atividades da propriedade familiar.

Numerosas famílias excluídas da suinocultura tiveram, portanto, que buscar alternativas de sobrevivência e reprodução. Isso resultou em prospecção de produtos comercializáveis capazes de representar substituição do histórico papel da suinocultura como geradora de renda. É sugestivo que a oportunidade de geração de renda tenha liderado, nas entrevistas realizadas nas propriedades familiares, os motivos assinalados para o ingresso nas atividades protagonizadas com fins comerciais, e que mais da metade dos entrevistados tenha acrescentado a motivação representada pela possibilidade de uma renda mensal (Tabela 3).

Tabela 2 – Rebanho avícola brasileiro: participação catarinense e do oeste do estado

Ano	Galos, frangas, frangos e pintos (milhões de cabeças)			% do rebanho nacional	
	Brasil	Santa Catarina	Oeste catarinense	Santa Catarina	Oeste catarinense
1992	435,46	65,74	52,78	15,1	12,1
1995	541,16	73,72	55,57	13,6	10,3
1998	589,37	91,65	69,00	15,5	11,7
2001	692,65	111,06	82,75	16,0	11,9
2004	759,51	132,07	97,46	17,4	12,8
2007	930,04	157,39	118,08	16,9	12,7

Fonte: IBGE, elaborada pelo autor

Tabela 3 – Principais motivos para a entrada nas atividades comerciais realizadas num painel de propriedades familiares do oeste catarinense (final de 2008 – começo de 2009)

Total de propriedades pesquisadas: 13			
Motivos da entrada na atividade	Nº de propriedades	Motivos da entrada na atividade	Nº de propriedades
Oportunidade de renda	10	Ocupação da mão de obra	3
Tradição familiar	8	Chance de produzir insumos	3
Possibilidade de renda mensal	7	Geração de renda em pouca área	3
Crise na suinocultura	3		

Fonte: pesquisa de campo

O leite, produzido para subsistência nas propriedades desde o início da colonização regional, tornou-se a ponta de lança desse processo, assumindo a condição de pedra angular da reestruturação em muitos sistemas produtivos familiares a partir da década de 1980. Um agricultor entrevistado assim resumiu essa dinâmica: *Antes nós criávamos porco. Daí o porco não deu mais, começou a quebrar todo mundo, daí nós desistimos. Daí foi que começamos com o leite ...* O rápido crescimento da produção de leite na região, como indicado na tabela 4, não deixa de ser eloquente.

Entre os traços da produção leiteira subjacentes ao seu destaque como alternativa, sobressaem: grande absorção de mão de obra, forte capacidade de agregação de valor na propriedade, fácil descentralização de unidades industriais, largo alcance social, uso de terras não nobres e receitas mensais (TESTA *et al*, 1996; ABRAMOVAY *et al.*, 2003).

A absorção de mão de obra ao longo do ano e o ingresso mensal de receitas, aliviando a gestão financeira das propriedades por conta de entradas distribuídas no tempo, ajudam a resolver um dos gargalos da produção familiar, dependente de safras e tributária de rendas somente anuais. A forma como a mão de obra é utilizada, só no início da manhã e no final da

tarde, possibilita ocupar as mesmas pessoas em diferentes funções na propriedade, tanto que, em muitos casos, essa atividade se combina com outras não agrícolas, constituindo fonte “externa” de receitas. Outro aspecto é a ocupação de aposentados, estudantes e mulheres, por exemplo, que em outros sistemas dificilmente lograriam o mesmo envolvimento em atividades comerciais. De outra parte, ao utilizar terras não nobres para pastagens e plantio de milho para silagem, a produção de leite possibilita agregação de valor: a complementaridade assim atingida, fruto da substituição de atividades não rentáveis ou menos rentáveis em áreas não nobres e da ocupação de áreas nobres com pastagens temporárias durante a ociosidade destas, agrega valor ao sistema dessas propriedades.

Tabela 4 – Produção leiteira brasileira: participação catarinense e do oeste do estado

Ano	Produção de leite (1.000 litros)			% da produção nacional	
	Brasil	Santa Catarina	Oeste catarinense	Santa Catarina	Oeste catarinense
1990	14.484.414	650.409	274.798	4,5	1,9
1991	15.079.187	661.036	283.461	4,4	1,9
1992	15.784.011	707.888	339.286	4,5	2,1
1993	15.590.882	735.867	355.663	4,7	2,3
1994	15.783.557	780.122	381.108	4,9	2,4
1995	16.474.365	815.379	411.738	4,9	2,5
1996	18.515.391	866.065	482.252	4,7	2,6
1997	18.666.011	852.170	472.996	4,6	2,5
1998	18.693.915	870.810	484.595	4,7	2,6
1999	19.070.048	906.540	516.907	4,7	2,7
2000	19.767.206	1.003.098	602.808	5,1	3,0
2001	20.509.953	1.076.084	665.910	5,2	3,2
2002	21.642.780	1.192.690	790.821	5,5	3,6
2003	22.253.863	1.332.277	909.602	6,0	4,1
2004	23.474.694	1.486.662	1.047.004	6,3	4,5
2005	24.620.859	1.555.622	1.107.954	6,3	4,5
2006	25.398.219	1.709.812	1.241.172	6,7	4,9
2007	26.133.913	1.865.568	1.348.291	7,1	5,2

Fonte: IBGE. Elaborada pelos autores

Mas a policultura associada à produção de leite não esgota o que se observa na região como busca de alternativas. Embora sem o mesmo destaque, houve formação de outros sistemas e também reconfiguração de sistemas com presença histórica. Ilustrações do segundo tipo referem-se aos grãos e ao fumo.

A produção de grãos compõe os sistemas das propriedades há muitas décadas e tem sido a principal fonte de renda em numerosas unidades, cabendo realce especial ao milho, cujas práticas de cultivo evoluíram conforme as necessidades de ampliação da quantidade produzida

vinculadas à suinocultura. Inicialmente empregavam-se terras recém desmatadas e sementes reproduzidas pelos próprios agricultores, sem o uso de adubos e outros cuidados, e a produção era consorciada com a de feijão. Primeiramente, a ampliação da demanda gerou aumento da área produzida e das instalações para armazenamento. Depois, repercutiu em aumento da produtividade pela incorporação de novas variedades de sementes (híbridas) e pelo uso de adubos químicos. Mais tarde, lançou-se mão de maquinário onde isso era possível, bem como de secantes e controle de sementes, diminuindo a necessidade de mão de obra. Nessa fase, a produção para venda se concentra nas propriedades maiores e com solos aptos à mecanização, desvinculando-se da produção de suínos. Mas o milho continua a ser cultivado nas demais propriedades, mesmo que somente para uso na forma de insumo interno, ganhando espaço o plantio destinado à “silagem” para trato dos animais, base da produção de leite. Aliás, nas 13 propriedades rurais onde se realizaram entrevistas, milho e leite foram os produtos com maior presença: mais de $\frac{3}{4}$ indicaram o primeiro entre seus cultivos comerciais e 61% assinalaram o segundo; produzir suínos foi atividade comercial indicada em menos da metade das propriedades, e a avicultura implica apenas 1/3 do conjunto pesquisado (Tabela 5).

Tabela 5 – Produtos comerciais num painel de propriedades familiares do oeste catarinense (final de 2008 – começo de 2009)

Total de propriedades pesquisadas: 13			
Produtos para fins comerciais	Nº de propriedades	Produtos para fins comerciais	Nº de propriedades
Milho	10	Gado de corte	3
Leite	8	Fumo	2
Suínos	6	Soja	1
Aves	4	Cana de açúcar	1
Feijão	3	Hortifrutigranjeiros	1

Fonte: pesquisa de campo

O cultivo do fumo, presente desde a colonização regional e eclipsado pelo crescimento da suinocultura, adquiriu maior visibilidade em diferentes propriedades (embora só duas entre as pesquisadas indicassem essa atividade), principalmente nas mais castigadas pelas mudanças recentes na base produtiva do oeste. Devido à grande utilização de mão de obra em pequenas áreas de terra, esse cultivo permite uma renda anual para milhares de famílias excluídas da produção suinícola. Nas palavras de um agricultor entrevistado, “*o fumo é o que dá mais renda em pouca terra*”. Sua importância para a agricultura familiar deve-se também à prática de financiamento dos investimentos e custos pela própria agroindústria e ao acelerado retorno financeiro (obtido em período inferior a um ano após o início das atividades). Famílias excluídas

da suinocultura impossibilitadas de produzir grãos, com pouca terra e mão de obra numerosa encontraram prontamente na fumicultura uma espécie de “tábua de salvação”.

Entre as novas produções e atividades incentivadas como alternativas para as propriedades agrícolas figuram a produção orgânica e agroecológica, a agroindustrialização, o associativismo, a horticultura e a fruticultura. Sua origem são algumas iniciativas dos movimentos sociais, das cooperativas, do setor público e das empresas privadas.

Os movimentos sociais tentaram introduzir modo de organização econômica e social que representasse alternativa ao modo predominante, considerado excludente. Tecnicamente, priorizou-se a produção orgânica e ecológica e, no tocante à organização produtiva, estimulou-se a constituição de diferentes grupos de produção, associações e cooperativas, visando sustentar e impulsionar a agroindustrialização e a comercialização (principalmente pela organização de feiras livres). Muitos agricultores foram encorajados a fazer experiências com produção agroecológica e orgânica, adaptando suas propriedades, mas vários obstáculos surgiram: demora na reconversão do sistema, elevando o custo do processo; falta de assessoria e conhecimento para equacionar problemas; dificuldades de acesso ao mercado, pequeno e restrito para esses produtos; grande concorrência dos produtos convencionais; incidência majoritária dessa produção apenas em horticultura e fruticultura; destinação dos produtos principalmente para feiras livres.

A organização em grupos de produção, associações e cooperativas ganhou algum espaço no confronto com o modelo de integração da agricultura familiar à agroindústria. Em 11 das 13 propriedades rurais visitadas para entrevistas, indicou-se ocorrer participação em pelo menos uma cooperativa; embora predominasse o tipo tradicional, também foram apontadas formas alternativas de cooperativismo, tendo-se como metas a agregação de valor à produção pela agroindustrialização e a comercialização por canais alternativos aos existentes, geralmente vinculados às grandes redes de distribuição. Essas experiências também implicam o turismo rural, um setor cujas atividades na região parecem encorajar a comercialização de produtos agroecológicos e agroindustrializados.

O setor público, estadual ou municipal, igualmente atuou na busca de alternativas de renda aos agricultores. Entre estas figuram várias formas organizativas, condomínios, agroindústrias e feiras, e também projetos de desenvolvimento nas escalas local e microrregional. Economicamente, tais ações pouco se diferenciaram das protagonizadas pelos movimentos sociais, a grande diferença mostrando-se vinculada ao caráter político, à visão técnica e às redes sociais e de mercado às quais se relacionam.

As iniciativas empresariais geralmente se vinculam a projetos industriais voltados à fruticultura ou à implantação de novos cultivos. Projeto de vulto nessa linha envolveu a Aurora, com a cultura da laranja e a instalação de uma unidade de produção de sucos na cidade de Pinhalzinho. Mas essas iniciativas, em sua maioria, não tiveram sucesso: poucas sobrevivem e sua abrangência ainda é bastante restrita. O melhor exemplo desse curto fôlego está na própria Aurora, que acabou substituindo a produção de sucos pela industrialização de leite na mencionada planta de Pinhalzinho.

Cabe ainda assinalar uma outra prática que ganhou importância econômica em muitas propriedades familiares na região: a bovinocultura de corte. De atividade quase inexistente na agricultura familiar, essa criação avançou devido aos problemas enfrentados principalmente pelas unidades mais distantes dos centros urbanos. O processo de anexação de propriedades, originando superfícies maiores, tornou o gado de corte uma das produções alternativas mais rentáveis devido às condições de área e à disponibilidade de mão de obra.

5 Considerações finais

As mudanças da suinocultura no oeste de Santa Catarina traduziram-se na troca de uma produção distribuída em milhares de propriedades familiares de toda a região por uma estrutura bastante concentrada e crescentemente integrada às empresas agroindustriais. As numerosas unidades excluídas da produção comercial de suínos e cujos sistemas produtivos ficaram inviabilizados tiveram que vislumbrar e incorporar alternativas de sobrevivência.

Diversas foram as trajetórias dessas famílias. Algumas se desfizeram dos patrimônios restantes e migraram para cidades da região, como Chapecó, Concórdia, Joaçaba, Xanxerê, São Miguel do Oeste e Seara, ou para centros urbanos em outras regiões, no nordeste catarinense, no Vale do Itajaí ou mesmo no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul. A saída em massa caracterizou os contingentes mais jovens, permanecendo as pessoas de mais idade e com menores perspectivas no meio urbano. Distintas famílias introduziram outros produtos com valor comercial e capacidade de gerar renda e garantir a reprodução, representando novas combinações de plantações e criações e o desenvolvimento de sistemas de produção alternativos. Já as que persistiram nos sistemas tradicionais empobreceram rapidamente, passando a viver em situação de subsistência geralmente à espera da aposentadoria.

Por seu turno, as propriedades integradas às empresas agroindustriais sofreram marcada especialização, com o aprofundamento do controle e do domínio destas sobre o seu processo produtivo. Ao mesmo tempo, a suinocultura praticamente se desconectou do sistema da propriedade à medida que a policultura subordinada à primeira foi substituída pelo sistema de

parceria. A formação de novos sistemas de produção, em que a suinocultura é apenas um integrante a mais, representou processo menos traumático para esses agricultores comparativamente ao observado junto aos prontamente excluídos: o rompimento com as estruturas tradicionais não foi brusco, observando-se transição para alternativas antes do abandono da suinocultura como sistema dominante. Assinale-se que esse abandono resultou do esgotamento das possibilidades de ampliação e foi imposto pelo avanço de novos sistemas nas propriedades, via de regra envolvendo a produção de leite. Esse avanço ocorreu em diferentes estratos de produtores e com distintos motivos: para os excluídos da suinocultura foi uma das poucas opções de reprodução no meio rural e para os integrados às agroindústrias representou alternativa de renda que compensou com um fluxo mensal as perdas provocadas pelas mudanças na suinocultura.

No seu conjunto, esses movimentos em direção a novas possibilidades não podem ser desvinculados de iniciativas protagonizadas, por exemplo, pelos movimentos sociais e os órgãos públicos em busca de alternativas para o desenvolvimento local e regional. Entre as ações estão aquelas registradas pelo Fórum Regional de Desenvolvimento Integrado (FDRI), a Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (AMOSC) e o Projeto DESENVOLVER, coordenado regionalmente pela Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO). Entretanto, em que pese alguns interessantes e aparentemente promissores resultados (LINS, 2003; MIOR, 2005), não se pode dizer que as medidas lograram realmente descortinar novos e efetivos caminhos para a agricultura familiar como um todo e, de uma forma ampla, para o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Como tantas outras regiões em diferentes países, o oeste de Santa Catarina teve a sua dinâmica econômica crescentemente vinculada a processos mais amplos operando nas escalas nacional e, sobretudo, mundial. Os reflexos que, no bojo da globalização, as mudanças nos sistemas agroalimentares em geral representaram para as relações entre a agroindústria de carnes e a agricultura familiar implicada na suinocultura, não permitem dúvidas sobre isso. Tal quadro remete, portanto, ao debate sobre as possibilidades dos territórios – nesse caso, territórios de perfil amplamente rural – perante a globalização, mormente quanto às margens de manobra em escala territorial para influenciar trajetórias socioeconômicas com políticas de desenvolvimento.

Ora, não cabe ingenuidade nessa matéria. Claro que políticas públicas nesse nível, objetivando arregimentar forças e instalar vetores de mudança na trajetória territorial, são de enorme importância. Mas o peso da macroeconomia é sempre avassalador, como ilustrado, por exemplo, pelo papel condicionante que a política de câmbio exerce sobre as relações comerciais de quaisquer regiões com o exterior. E os processos globais determinam cada vez mais

poderosamente o que ocorre no plano territorial: os sérios problemas da multinacional Parmalat entre 2003 e 2004 repercutiram dramaticamente em várias bacias leiteiras no Brasil, inclusive no oeste de Santa Catarina (LINS, 2004), justamente onde o leite talvez represente – como frisado – o sistema produtivo mais importante entre as alternativas de reprodução encontradas pela agricultura familiar.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec: Edunicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Márcio A. de; SILVESTRO, Milton L.; DORIGON, Clóvis; FERRARI, Dilvan L.; TESTA, Vilson M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. *Agricultura em São Paulo – Revista de Economia Agrícola*, v. 50, nº 1, p. 11-24, 2003.
- BELIK, Walter. Reestruturação industrial e estratégia dos grupos agro-alimentares no Brasil. COLLOQUE INTERNATIONAL SUR LES RESTRUCTURATIONS INDUSTRIELLES EN AMÉRIQUE LATINE: LES DÉFIS DE LA GLOBALISATION, Université de Paris, 1995. Anais.
- BELIK, Walter; SANTOS, Roseli R dos. *Os investimentos das multinacionais alimentares face a um espaço econômico ampliado*. Campinas: IE/UNICAMP, s/d. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo172.htm>. Acesso em: ago. 2008.
- CAMPOS, I. *Os colonos do Rio Uruguai: relações entre a pequena produção e agroindústria no Oeste catarinense*. Campina Grande, 1987. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba.
- FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Relatório final do Projeto UTF/BRA/036, 1994
- FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.
- FERRARI, Dilvan L. *Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina*. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas.
- GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- GREEN, Raul H.; SANTOS, Roseli R. Dos. Economía de red y reestructuración del setor agroalimentario. *Revista de Estudios Agro-Sociales*, nº 162, p. 37-61, oct.-dic. 1992.
- GUILHOTO, Joaquim J. M.; SILVEIRA, Fernando G.; AZZONI Carlos. *PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar*. NEAD-MDA/FIPE, dez. 2004.
- GUILHOTO, Joaquim J. M.; ICHIHARA, Silvio M.; SILVEIRA, Fernando G.; DINIZ, Bernardo P. C.; AZZONI, Carlos R.; MOREIRA, Guilherme R. C. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, ANPEC, Recife, 2007. Anais.
- KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sonia M. P. A estrutura da produção no campo em 1980. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 12/13, p.55-72, 1989/1990.
- LAMARCHE, Hughes (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.
- LINS, Hoyêdo N. O global e o local: uma nota inspirada no imbróglio Parmalat. *Atualidade Econômica*, v. 16, nº 46, p. 19-24, jan.-jun. 2004.

- MEDEIROS, Leonilde S. de. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 11, nº 2, p. 65-72, abr.-jun. 1997.
- MIELE, Marcelo; WAQUIL, Paulo D. Cadeia produtiva da carne suína no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, v. 16, nº 1, p. 75-87, jan.-mar. 2007.
- MIOR, Luiz C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.
- RODRÍGUEZ ZUÑIGA, Manuel; SORIA, Rosa. La articulacion de las diferentes etapas del sistema agroalimentario europeo: evolución y perspectivas. *Revista de Estudios Agro-Sociales*, nº 157, p. 11-32, jul.-sep. 1991.
- SANTOS FILHO, Jonas I. dos; SANTOS, Neusa A. dos; CANEVER, Mário D.; SOUSA, Ivan S. F. de; VIEIRA, Luís F. O cluster suinícola do oeste de Santa Catarina. In: HADDAD, Paulo (org.). *A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudos de clusters*. Brasília: CNPq/Embrapa, 1999, p. 125-179.
- TALAMINI, Dirceu D. J.; KINPARA, Daniel I. Os complexos agroindustriais de carne e o desenvolvimento do oeste de Santa Catarina. *Revista de Política Agrícola*, v. 3, nº 2, p. 11-15, abr.-jun. 1994.
- TESTA, Vilson M.; NADAL, Raul de; MIOR, Luiz C.; BALDICERA, Ivan T.; CORTINA, Nelson. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (proposta para discussão)*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.
- VEIGA, José E. da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Edusp: HUCITEC, 1991.
- VEIGA, José E. da. *Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- WEYDMANN, Celso L.; ALVES, João M. de S.; PINTO, Júlia P. de M.; ALMEIDA, Gabrielle P. de. Cadeia produtiva suinícola. In: CARIO, Silvio A. F.; PANCERI, Reginete; FLAUSINO, Elizabete S.; BITTENCOURT, Márcio; MONTIBELLER FILHO, Gilberto; CAVALCANTI, Paulo R. *Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva*. Florianópolis: Nova Letra, 2008, p. 509-536.
- WILKINSON, John. Perfis emergentes no setor agroalimentar. In: MALUF, Renato S.; WILKINSON, John (orgs.) *Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa*. Rio de Janeiro: REDCAPA, 1999, p. 27-43.
- WILKINSON, John. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 18, p. 147-174, abr. 2002.
- WILKINSON, John. *A agricultura familiar face ao novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina*. São Paulo: SESC, out. 2006. Obtido em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/289.rtf>. Acesso em: dez. 2008.